

Redes de emigração clandestina: entre as realidades e as representações

Marta Nunes Silva

Angariadora (A) – «Você conhecia o *Ernesto*¹?

Passador/Transportador (P) - O *Ernesto*? Conheci, o Preto. Então não conhecia o Preto!? [...]

A - Sabe que eu e os meus irmãos juntávamos [para ele], mas ele era um *vígaro*!

P - Não pagava.²

A - Não pagava.

P - Era preto.

A - Era um *vígaro*! Sabe os resultados que nós tivemos? Levou dois irmãos meus para a França e ainda levou uma vez o meu homem. [...] Mas o meu irmão teve que *dar às vilas Diogo*² porque o *Ernesto* estava lá em nossa casa refugiado. Mas olhe, ficava-lhe a dever... Ele há-de estar velho!

P - Está velho, está. Está velho, feio! Assim negro, negro!

A - Sempre foi. É raiano.

P - Negro, raiano. [...] Ainda me levou, para a França, alguns indivíduos que eu lhe arranjei.

A - Mas ele não os passava!

P - Não, ele metia-os no comboio, dava-os aos passadores espanhóis para os passarem para lá.»

(Entrevista realizada a 10 de Junho de 2008, Mêda)

Uma angariadora e um passador/transportador recordam um antigo colega engajador com o qual *trabalharam* nos anos 60, em momentos diferentes, no auxílio à emigração clandestina. O diálogo entre os dois informantes leva o leitor, ou ouvinte, à construção de uma imagem mental em que o engajador é representado como um indivíduo física e psicologicamente rude. Rapidamente, pela insistência dos adjectivos usados (negro, velho, feio, raiano) e pelo tom de voz grave com que são repetidos pelos informantes, surge a imagem de um personagem que facilmente se pode associar a um contrabandista, transportando no seu corpo os sinais de uma vida dura que levou entre os dois lados da fronteira. O indício mais evidente será a sua cor escura que lhe serve de alcunha, provavelmente mais acentuada por uma vida inteira exposta ao sol e ao frio. Este seria, porventura, um contrabandista pouco cumpridor com os seus colegas de *profissão*, uma vez que «*não pagava*» e por isso é descrito como sendo um *vigarista*. Contudo, os testemunhos, implicitamente, não o consideram suficientemente arguto

¹ Os nomes citados neste artigo são fictícios.

² A expressão “*Dar às vilas Diogo*” significa fugir.

uma vez que nunca passara para lá de Espanha, onde as longas e duras viagens ficavam reservadas aos mais capazes.

A caracterização de engajadores e passadores com capacidades físicas e mentais adaptadas a uma actividade que exige resistência, destreza e astúcia foi usada pelos diversos intervenientes na emigração clandestina dos anos 60 (opositores inclusive) com diferentes propósitos, e transportada no tempo, até aos dias de hoje, de forma mais ou menos fiel aos factos do passado, tendo resultado de um processo de construção da memória. As redes de emigração clandestina que se mantiveram em intensa actividade, em território rural, no decurso da longa década emigratória de 60 originaram uma diversidade de discursos e opiniões manifestadas por diferentes interlocutores. Será, portanto, objectivo deste artigo analisar as diversas representações construídas em torno das redes, por diferentes sujeitos, que, directa ou indirectamente, estiveram ligados a elas: emigrantes, auxiliares de emigração clandestina, regime político e opositores à emigração. Torna-se importante conseguir um quadro completo, uma vez que, citando Paul Connerton, «*testemunhas pertencentes a culturas fortemente divergentes divergirão inevitavelmente nas suas recordações do mesmo acontecimento*».³ Ainda que as culturas não fossem tão díspares, visto oponentes directos e interessados na emigração clandestina partilharem o mesmo espaço da comunidade rural, certamente que as condições inerentes às diferentes posições ocupadas na pirâmide social contribuíram para gerar maiores divergências perante o olhar sobre o papel desempenhado pelas redes.

Pretende-se, deste modo, interpretar o discurso rememorativo de antigos emigrantes clandestinos e auxiliares, comparando-o com as interpretações proferidas pelos mesmos em tempo e contexto diferentes. Por outro lado, procura-se analisar o discurso dos opositores à emigração, no momento de actividade das redes, e perceber até que ponto este discurso terá sido influente na construção das imagens criadas pelos emigrantes.

Este quadro de objectivos levanta algumas questões: a imagem negativa das redes, transmitida pelo regime autoritário, foi, e continua a ser, partilhada pelos emigrantes que recorreram a elas? Terão sido realmente eficazes as intenções subjacentes ao discurso dos opositores à emigração? Partindo da ideia de Pierre Nora, de que o processo de construção da *Memória* tem sempre subjacente o *Passado* e o *Presente*, questiona-se que factores terão contribuído para a construção de interpretações diversas.

³ Connerton (1999 [1993]:32)

As problemáticas levantadas inserem-se numa investigação mais alargada sobre redes de emigração económica clandestina com destino a França, entre 1960-1974, e centrada no estudo de caso das redes que actuaram no Concelho de Penedono do Distrito de Viseu.⁴ Além da utilização de documentos que encerram a *Memória do Poder*, foi dada especial atenção às fontes orais, tendo sido este instrumento da História que melhor permitiu recolher dados de uma actividade ilegal cuja natureza dificultava o registo em documentos oficiais. Por este motivo, se privilegiou uma análise inicial que contribuísse para a descodificação de muitos silêncios e reticências em partilhar as memórias ligadas à emigração clandestina.

A recolha de Memórias de uma actividade ilegal

Entre 1961 e 1969, a emigração clandestina e o seu auxílio foram sendo punidos como crime. Dependendo do contexto interno e internacional, as punições relativas a estas infracções variavam de intensidade e só no final da década, já com Marcelo Caetano como Presidente do Conselho, e com a publicação do Decreto-Lei nº49 400, de 19 de Novembro de 1969, a emigração clandestina passou a ser considerada contravenção punível com multa, à excepção daqueles que saíssem do país com a intenção de se subtrair ao serviço militar. Os intervenientes na emigração clandestina passavam agora a ser punidos com pena de prisão até dezoito meses e multa correspondente, mas recebiam castigo mais severo se fosse provada a cobrança de quantias aos emigrantes. Nestes termos, e citando o nº1 do artigo 3º do referido decreto: «*Aquele que em pagamento ou recompensa da prática de qualquer dos actos*» de aliciamento e auxílio a emigrantes clandestinos, seria punido: «*a) Com prisão até dois anos e multa correspondente, se a quantia ou valor for inferior a 5000\$00; b) Com prisão maior de dois a oito anos, se a quantia ou valor for igual ou superior a 5000\$00;*». No caso do indivíduo auxiliado estar a fugir ao serviço militar, o mínimo das penas seria de dezoito meses, no caso da alínea *a)*, e de três anos, no caso da alínea *b)*.⁵

Apesar da aparente persistência na perseguição às redes de emigração clandestina, estas organizações demonstraram uma actividade constante ao longo dos anos 60 e, como tal, uma forte presença no meio rural, onde os seus objectivos se afiguraram, quase sempre, bem sucedidos. Prova desta situação são os dados estatísticos tratados por diversos autores que indicam que dos cerca de um milhão e meio de emigrantes que terá deixado

⁴ Silva (2008)

⁵ Ribeiro (1986:5-6)

Portugal, entre 1960 e 1973, grande parte tê-lo-á feito ilegalmente⁶ recorrendo a redes informais de emigração.

O meio rural foi propício ao desenvolvimento de canais ilegais de emigração, dado o facto das redes de conhecimento serem facilitadas pela dimensão do espaço, pelo que se pode considerar que a emigração clandestina teve um impacto ainda mais significativo nestas comunidades. Se nos referirmos especificamente às aldeias do Interior Norte de Portugal o impacto das redes é especialmente evidente. Repare-se que, na segunda metade do século XX, a agricultura e a sociedade rural contavam com um significativo excedente populacional⁷, facto ao qual os sectores primário e secundário da região não conseguiram responder devidamente nem adoptar estratégias adequadas de modo a atrair a mão-de-obra numerosa,⁸ que lobrigou no norte da Europa uma oportunidade de melhorar a sua condição social. Os proprietários rurais tornaram-se assim nos principais opositores à emigração, chegando muitas vezes a fazer pressão nas Câmaras Municipais de modo a impedir a saída da mão-de-obra masculina, jovem, numerosa e, conseqüentemente, barata. Por exemplo, num ofício enviado ao Ministro do Interior pelo Presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira – do Distrito da Guarda –, Abel Adalberto de Azevedo, em 1961, o autarca dizia ser pressionado pelos proprietários para travar a sangria de mão-de-obra, razão pela qual impedia regularmente a saída dos seus munícipes, contra a decisão da Junta de Emigração, e apesar de os requerentes apresentarem os documentos necessários para emigrar.⁹

Deste modo, a emigração clandestina seria a solução encontrada por milhares de portugueses que se viam impedidos de melhorar dignamente as suas condições de vida, pelo que as aldeias portuguesas, nomeadamente do Norte, se viram despojadas de grande parte da sua população activa, tendo esta realidade atingido praticamente todas as famílias. Perante tal facto, podia ser de esperar que, tendo parte importante da população vivido experiências ligadas à emigração clandestina – nomeadamente antigos emigrantes clandestinos e antigos auxiliares de emigração clandestina presentes ainda hoje nas mesmas aldeias onde habitavam na década de 60 –, seria relativamente simples recolher memórias ligadas a esta época e desta realidade. No entanto, se os emigrantes, embora por vezes iniciando ou terminando o discurso dizendo que *«isso agora não*

⁶ Barreto (2005)

⁷ Baptista (2001)

⁸ Sobre industrialização e emigração em Portugal ver estudos de Leeds, por exemplo: Leeds (1983)

⁹ Informação da Junta de Emigração para o Ministro do Interior, a 27 de Setembro de 1961, IAN/TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, JE65, Cx.255, 1963, Emigração clandestina.

interessa nada» ou que *«isso agora já passou»*, se dispuseram a contar a sua história de emigração, no que concerne aos auxiliares à emigração clandestina, à parte daqueles que já faleceram ou cujo estado de saúde não os permitiu colaborar, houve quem se tivesse recusado deixar o seu testemunho. O facto de se terem dedicado a uma actividade ilegal, e que, só tendo esta natureza, lhes rendeu lucros, parece ser o factor que mais os inibiu de partilharem as suas memórias das experiências do passado.

Embora estes acontecimentos se tivessem dado, em quase todos os casos, há mais de quatro décadas, o tema do engajamento e passagem de clandestinos continua a ser pouco falado nas aldeias do Norte Interior. Quando é abordado pela primeira vez as vozes baixam de tom, como se um informador da PIDE pudesse ainda estar à escuta do outro lado da esquina, e os interpelados aguçam a curiosidade do investigador prometendo muitas histórias que, finalmente, ficarão por contar. A memória é selectiva e, voluntariamente, acaba por impedir que algumas recordações encontrem expressão oral.

As dificuldades que aqui se referem não são novidade para os investigadores de várias áreas das ciências sociais que já desenvolveram trabalhos de pesquisa junto de comunidades com uma história muito ligada à ilegalidade,¹⁰ no entanto, um aspecto singular está presente nas redes de emigração clandestina que o contrabando tradicional¹¹ não possui: o facto de se tratar de um negócio lucrativo cujos objectos de lucro eram pessoas, especialmente indivíduos sem grandes possibilidades financeiras, que se viam, muitas vezes, obrigados a vender terras ou animais para conseguir pagar a passagem aos seus auxiliares. Acrescentando à natureza ilegal da actividade a possibilidade de encarar a emigração clandestina como um tráfico desumano pode pesar ainda hoje quando se pretende que se partilhem estas memórias dolorosas. Ao contrário do contrabando raiano, em que só existe uma relação humana entre o contrabandista e as autoridades fronteiriças e os agentes do poder são os principais visados pelo sofrimento causado, no caso da emigração clandestina o produto transportado pode

¹⁰ A título de exemplo, Paula Godinho trabalhou sobre movimentos rurais de resistência no Couço, onde a clandestinidade, muito ligada ao Partido Comunista, esteve presente. Podem ver-se também os seus trabalhos sobre o contrabando na fronteira luso-espanhola. Cf. Godinho (2001); Godinho (1995). Muitos outros estudos foram realizados sobre contrabando, de um e de outro lado da mesma fronteira: Guichard (1996); Garcia (2003); Cabanas (2006); Freire (2009).

¹¹ Note-se que alguns contrabandistas da raia luso-espanhola e franco-espanhola ter-se-ão dedicado a fazer passar a fronteira a emigrantes clandestinos, como complemento ou por arrasto da sua actividade. Entende-se, aqui, por contrabando tradicional o que se dedicou exclusivamente ao tráfico de produtos que não homens.

responsabilizar também o seu transportador pelas condições de transporte, quando fosse tratado como uma qualquer mercadoria sem vida.

Assim, quando há a consciência da existência de uma *exploração* do Homem pelo Homem, torna-se mais difícil falar sobre ela, especialmente quando as redes de emigração dos anos 60 podem ser comparadas com as actuais redes de tráfico de emigrantes. Ambas procuram o mesmo fim e usam métodos semelhantes, e, deste modo, identificar os seus elementos poderá significar, para os testemunhos, estar a denunciá-los por um crime que cometem. A questão importante é que esse crime se trata da emigração do próprio informante, e portanto não encara com facilidade fazê-lo.

Ao longo das entrevistas, os próprios emigrantes evitaram identificar os seus engajadores usando de várias estratégias: desviando a conversa para outro assunto; alegando falha de memória; ou recusando-se mesmo a identificá-lo. Veja-se este exemplo:

«Foram três [passadores]. O nome do que me levou daqui, não vale a pena a gente está-lo a ... O que me levou daqui também já morreu! [riso]»

(Entrevista realizada a 4 de Abril de 2008, A-do-Bispo - Penedono)

Referir a morte do engajador/passador foi um escape usado por alguns dos testemunhos para desviar a atenção do entrevistador sobre a sua identidade.

De facto, parecem existir razões diferentes para estas omissões, visto que os interrogados também desempenharam diferentes papéis no processo de toda a ilegalidade. No caso dos auxiliares incomoda-os a referência a situações que possam comprometer, hoje, a sua dignidade perante a comunidade rural e, por isso, apesar de confirmarem terem tido conhecimento de passadores menos honestos, renegam terem tido experiências próprias desse tipo. Estes, ao contrário dos emigrantes, não têm os mesmos problemas em identificar antigos colegas de actividade.

De acordo com a reflexão exposta anteriormente, alguns emigrantes, demonstram um certo receio em denunciar com quem, nos anos 60, contrataram a sua emigração, por um lado, porque talvez não queiram pôr a descoberto a situação, outrora ilegal, do engajador, por outro, e sobretudo, porque parece existir também uma sensação de medo, porventura ilusória, mas que pode ser provocada por uma reactivação de sensações do passado – um passado em que denunciar o engajador implicava pôr em risco a sua própria emigração e ter que enfrentar as autoridades – que a memória traz ao presente.

Pode então inferir-se que o recrutamento e transporte clandestino de emigrantes era aceite socialmente pela população que a eles recorriam, pois penalizar a sua actividade significava penalizar a sua própria escolha:

«Era tráfico, pois... Mas não, porque eles não faziam mal nenhum, pelo contrário. Há quem critique, mas eu não. Eu, por acaso, a primeira vez que fui tive pouca sorte, mas não foram maus para a gente. O segundo era um rapaz novo, devia ter para aí os seus 20 anos. Foi uma pessoa de palavra porque cumpriu com o que prometeu. Não era fácil! Mas bom, agora a gente já não pensa. Já passou, já está resolvido.»

(Entrevista realizada a 17 de Março de 2008, Castaíngo - Penedono)

O receio dos entrevistados em partilhar com o investigador aspectos da sua história de vida, que se cruza com a história de um grupo de pessoas, é compreensível, uma vez que, nas pequenas aldeias, o passado tem ainda um peso considerável no presente podendo facilmente influenciar as relações sociais dentro da comunidade rural. Por exemplo, um testemunho questionado se tinha conhecimento que o padre da sua aldeia se dedicava ao engajamento e passagem de emigrantes responde de forma evasiva de maneira a não incriminá-lo, o qual, no entanto, já não é vivo:

«Foi na altura em que a gente já tinha abalado que ele fez isso [passagem de emigrantes], sei que andava nisso mas nós já estávamos para lá [França].»

(Entrevista realizada a 11 de Abril de 2008, Antas - Penedono)

Frequentemente, o entrevistado direcciona o seu testemunho num sentido contrário ao pretendido pelo investigador, de modo a contornar aspectos que não o deixam tão à vontade ou sobre os quais tem algumas reservas em falar. No entanto, é importante referir que nem sempre essas fugas são deliberadas, uma vez que a realização de cerca de duas dezenas de entrevistas demonstrou que existe uma tendência para que cada informante foque aspectos específicos, e aos quais regressa várias vezes ao longo da entrevista. Assim, tornava-se mais complexo colocar o enfoque da entrevista sobre os passadores com quem o emigrante efectuara a viagem – os quais, à excepção do engajador com quem contratara a emigração na aldeia, geralmente não conhecia – quando o aspecto mais marcante da toda a emigração era, por exemplo: uma ferida num olho numa fábrica francesa que cegara o informante para sempre;¹² um dos passadores/transportador referia várias vezes as multas que tinha pago, especialmente

¹² Entrevista realizada a 26 de Março de 2008, Castaíngo – Penedono.

em Espanha, por todas as infracções que cometera;¹³ uma angariadora focou-se na sua própria experiência de emigração – que incluiu uma longa e complexa fuga às autoridades em casa de dois empregadores com quem trabalhava – para explicar o modo de actuação das redes, sendo que tudo o que não constituiu a sua própria experiência foi narrado de forma vaga e mais generalizada.¹⁴ Regra geral, os aspectos mais dolorosos, ou os que mais negativamente marcaram os entrevistados, foram os mais repetidos.

Usar o método da História Oral levanta, como em todos os outros tipos de fontes, uma série de problemas pelo facto de se estar a lidar com um documento vivo, que produz informação no próprio momento da sua recolha. No entanto, as entrevistas renunciadas, as omissões, as fugas estratégicas ou o esquecimento, voluntário ou não, são também material de trabalho para o investigador, que é susceptível de ser questionado, interpretado e cruzado com outro tipo de documentos, nomeadamente escritos. Ouvir os silêncios é extremamente útil para a compreensão dos diferentes discursos e imagens subjacentes às redes de emigração e aos seus elementos constituintes.

Construções negativas: «Os passadores não queriam saber de nada: quem andava, andava; quem não andava, ficava!»

O regime autoritário, apoiado numa política de emigração de cariz conservador, além de ter publicado legislação punitiva para todos os indivíduos que auxiliassem saídas clandestinas do país, criava também grandes entraves burocráticos aos que optavam por tentar as vias legais. Embora alguns agentes políticos, mais voltados para a Europa e menos para o Atlântico, insistissem nas vantagens da emigração para o desenvolvimento do país, o regime, especialmente durante a governação de Salazar, procurou não desiludir os interesses dos seus apoiantes mais conservadores criando, simultaneamente, mecanismos que demonstrassem o interesse do regime em limitar a emigração, e especificamente a emigração clandestina.¹⁵ Muitos desses mecanismos eram sobretudo meras demonstrações discursivas que colocavam os passadores como o *bode expiatório* da emigração, apresentados no discurso oficial dos apoiantes do regime como a «*Máfia Portuguesa*».¹⁶

¹³ Entrevista realizada a 10 de Junho de 2008, Mêda.

¹⁴ Entrevista realizada a 15 de Março de 2008, Castañço – Penedono.

¹⁵ Sobre o papel do Estado na emigração com destino a França, durante os últimos anos do Estado novo, ver trabalhos de Victor Pereira: Pereira (2007) e Pereira (2008).

¹⁶ Informação proveniente da Guarda e enviada a 1 de Fevereiro de 1965 pelo Chefe de Gabinete do Ministério do Interior ao Director da PIDE, IAN/TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, JE65, Cx.282, 1965, Emigração clandestina.

Consequentemente, na prática, para os indivíduos que desejavam emigrar, recorrer a engajadores e passadores, detentores de meios para os fazer chegar ao destino, seria assim a solução possível para sair de Portugal. Exactamente por este motivo os principais opositores à saída de mão-de-obra do país procuraram usar os métodos que lhes eram mais favoráveis para travar a sangria que se foi verificando ao longo da década. Deste modo, a imprensa controlada pelo regime publicou inúmeros artigos denunciando a violência dos passadores, anunciando a detenção de vários e o desmantelamento de redes completas, assim como propagandeou a inocência dos *pobres e ingénuos emigrantes* que se deixavam seduzir pelas falsas promessas dos passadores. Os opositores à emigração transmitiam também frequentemente informações às autoridades nacionais (Junta de Emigração, Ministério do Interior, PIDE/DGS) e locais (GNR e Guarda Fiscal) responsáveis pelo controlo e repressão à emigração clandestina informações sobre os supostos engajadores e passadores, os quais eram caracterizados de forma pouco simpática. Em 1965, um informador, por sinal instruído, devoto dos valores conservadores defendidos por Salazar, defensor da política ultramarina e da guerra colonial, assinando-se “*um português que tem filhos a servir Portugal!*”,¹⁷ denunciava um suposto engajador e passador apelidando-o de “*cavalheiro habilidoso, malabarista sem escrúpulos*”.

O discurso e as intenções dos opositores perante a emigração terá contribuído para que a imagem depreciativa dos auxiliares de emigração clandestina, especialmente a dos passadores, proliferasse no espaço e no tempo, tendo sido transportada até hoje e estando presente no imaginário colectivo das aldeias do Interior de Portugal.

Na pesquisa efectuada foram alguns os emigrantes que partilharam uma imagem negativa dos engajadores e passadores, e que a continuam a exteriorizar ainda hoje. As viagens mal sucedidas ou muito difíceis contribuíram para que os emigrantes se sentissem traídos por auxiliares pouco sérios. Normalmente, as principais queixas reflectiam-se, e reflectem-se, sobre o engajador, com o qual o emigrante tem contacto directo e o único em toda a rede que ele conhece pessoalmente. Uma angariadora, referindo a actividade do seu irmão, relatou que quando as promessas não eram cumpridas pelos passadores, que deixavam os emigrantes na fronteira franco-espanhola, os engajadores portugueses eram os principais afectados:

¹⁷ Carta de informador, escrita à máquina, enviada para o Ministério do Interior, e daqui dirigido à PIDE, a 27 de Agosto de 1965, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, JE65, Cx.273, 1964, Emigração clandestina.

«Como é que eles lhe iam arranjar trabalho? Eles fiavam-se que chegavam lá e que tinham o trabalhinho, cama e mesa. E não era assim! [...] Eles chegavam à fronteira, pronto, estavam em França e os passadores deixavam-nos. Lá deviam prometer, e as pessoas depois em se encontrando servidas, não há coração! Depois [o meu irmão] ía daqui a Ílhavo, a Águeda, ... receber dinheiro, mas não lho davam e ainda o ameaçavam com a PIDE.»

(Entrevista realizada a 15 de Março de 2008, Castaíngo - Penedono)

Embora alguns desses abandonos não fossem propositados, podendo acontecer por haver uma prisão do passador encarregado de fazer a passagem, ou da falta de uma oportunidade favorável para fazer os emigrantes atravessar a fronteira, estes acontecimentos, não foram benéficos para a imagem dos passadores, tendo-se traduzido, em alguns casos, na denúncia efectiva do engajador às autoridades locais.¹⁸ No contrabando existia uma espécie de código de honra que obrigava os contrabandistas a só abandonarem o seu *carrego* em casos extremos.¹⁹ Também os passadores vêm em sua defesa, hoje como nos anos 60, usando este argumento. Confrontado com esta questão pelo entrevistador de uma rádio francesa de Louhossa, eis o responde um passador espanhol: *«Ah! Non, non, on a raconté ça beaucoup à un moment donné, quando n faisait passer les Français por la France libré, on les abandonnait, non jamais, de la vie. On les prende n charge et on les donne à une autre filière, des fois là on est obligé de faire “eskapo”, on s’échappe e puis c’est tout. Mais on les abandonne jamais, pour nous c’est une règle d’honneur. Ça on peut pas se permettre ça.»*²⁰

Grande parte das passagens migratórias, especialmente aquelas efectuadas durante a primeira metade de 1960, resultou em experiências difíceis, que foram já muito divulgadas por estudos de várias áreas sobre migrações e pela literatura. As histórias dramáticas da travessia de Espanha a pé, dentro de camiões e em bagageiras de carros, a fome e a sede, as péssimas condições climatéricas, etc., foram ainda mais reforçadas pelos opositores à emigração, como é possível verificar hoje pelos inúmeros recortes de jornal que contêm vários artigos a anunciar a morte de emigrantes por abandono ou por execução realizada pelos próprios passadores. A maior parte dos entrevistados refere histórias contadas em que os passadores abandonavam os clandestinos à sua sorte, acabando estes por morrer, no entanto nunca houveram presenciado um caso desses.

¹⁸ Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de São João da Pesqueira, maço 31, procº361, nº9/69, Processo Correccional de 1969, condenação por emigração clandestina. Este longo processo, envolveu emigrantes clandestinos, angariadores, engajadores e depositários de dinheiro da emigração, oriundos de diferentes zonas do país e foi aberto devido a uma denúncia de um emigrante descontente com o serviço do passador. O emigrante acabou por denunciar o engajador com quem contratara a emigração.

¹⁹ Cabanas (2006)

²⁰ Entrevista a um passador na Rádio de Louhossa, (s.d.), IAN/TT, PIDE/DGS, SC Processo 623 CI (2), NT 7026, pasta 1, Emigrantes portugueses em França.

Embora a vivência directa destas situações raramente tenha acontecido, e as notícias publicadas pelos jornais pudessem ser excessivas em relação ao que acontecia na realidade, é esta a fotografia principal que se continua a transmitir actualmente, que nos anos 60 funcionava como uma estratégia para incutir o medo nos emigrantes, ou, pelo menos, para parecer que assim se pretendia.

A intenção dos opositores à emigração clandestina, de que os emigrantes encarassem as redes como organizações de tráfico e exploração, foi conseguida neste sentido, especialmente quando culminavam numa denúncia, contudo, o objectivo principal – evitar a emigração – não terá tido o mesmo sucesso.

As situações de abandono e maus tratos por parte dos passadores são salientadas quando se verificou a existência de um factor que nos pareceu ser o determinante nos discursos dos emigrantes que usaram as redes e que, contudo, projectam delas uma imagem maquiavélica. Referimo-nos ao factor “execução ou não execução” do acordo pré-estabelecido. Quando se verificam situações em que o acordo oral estabelecido entre o engajador e o pretense emigrante, antes de se efectuar a viagem, não é respeitado, pela parte do emigrante o discurso em relação aos elementos da rede torna-se mais negativo e todas as dimensões que envolvem o contrato de emigração são reforçadas negativamente. Este aspecto verificou-se com a questão do pagamento da viagem.

A questão do valor cobrado pela viagem era uma das mais exploradas, pelos opositores à emigração, para demonstrar a dimensão negativa dos engajadores²¹. Junto da imprensa francesa, o Estado Português, os engajadores, mas sobretudo os passadores eram os responsáveis pelas condições em que viajavam e em que se encontravam os portugueses em França, e as cifras dos valores cobrados eram diversas vezes referidas nos artigos gauleses. No entanto, quando consultamos directamente os actores da época, nomeadamente os emigrantes, o tema do dinheiro, embora sempre referido, não é evidenciado. Quase todos recordam que pediram dinheiro emprestado e que o primeiro salário recebido em França foi para pagar esse empréstimo, contudo, não culpam directamente o engajador de *exploração*, antes vêem o pagamento como algo inevitável ou como um mal necessário à falta de outras alternativas. Este facto é explicável presentemente, em que, na maior parte dos casos, a emigração, não obstante as dificuldades, acabou por correr bem e por concretizar os objectivos do emigrante. Desta forma, a questão do preço é remetida para segundo plano, o que não acontecia

²¹ Por exemplo, Ver nota para a Imprensa, IAN/TT, AOS/CO/PC – 77, pasta 88A: Informações da PIDE sobre repressão à emigração clandestina para França e outros países.

nos anos 60, pois quando a emigração corria mal a principal preocupação do clandestino era a restituição do dinheiro entregue, o que se verificou em alguns casos, tendo o emigrante recorrido novamente ao mesmo engajador no sentido de repetir a passagem.²²

Verifica-se no entanto que, na situação descrita de não cumprimento de uma promessa estabelecida inicialmente, tanto no momento dos acontecimentos como actualmente, os emigrantes mais descontentes referem depreciativamente a questão do pagamento:

«Não foi contrato de irmos a pé, foi contrato de irmos de carro, mas só andámos 11 horas dentro de um carro. (...) Prometeu-nos arranjar trabalho e tudo mas, depois chegámos ali àquele ponto, deixou-nos e acabou. (...) Nessa altura o dinheiro ficou em depósito. O que eles queriam era só meter o dinheiro [ao bolso], porque aquele dinheiro era dividido por três ou quatro ou cinco, não era só para um. E depois vinham da França, os espanhóis e aquilo tudo, todos comiam. Pronto, era uma espécie de gatunagem!»

(Entrevista realizada a 4 de Abril de 2008 – A-do-Bispo – Penedono)

Mas hoje, os engajadores defendem a sua posição, e embora assumam que entraram no negócio do engajamento porque era proveitoso, alegam que foi uma conjugação de factores, pois aliados ao lucro de que podiam vir a usufruir com a actividade de engajamento estavam ainda a criar meios para ajudar os *pobres* conterrâneos a conseguir uma vida melhor em França:

«Tinha um irmão que era mais velho do que eu, depois como vi que se ganhava dinheiro, entusiasmei-me com ele. [...] [Era um] modo de vida. Antigamente os tempos eram difíceis para toda a gente, e toda a gente queria ter uma vida melhor. A maior parte deles emigravam, e para emigrarem tinham que ter alguém que os orientasse, cá no caminho. Lá, onde tinham os familiares, depois lá se orientavam uns aos outros.»

(Entrevista realizada a 10 de Junho de 2008, Mêda)

Por mais que a intenção fosse boa, nunca se poderiam ter dedicado a um labor, que comportava alguns riscos e durante um período de tempo considerável, se este não fosse realmente rendoso. A caridade seria, obviamente, remetida para segundo plano, apesar de, já no momento do acontecimento, os passadores se justificarem com a questão da caridade perante a opinião pública²³.

Portanto, actualmente, na memória dos emigrantes, o que mais contribuiu para uma visão negativa dos engajadores foram, sobretudo, as situações de abandono, maus tratos ou violência, por parte dos segundos, presenciadas, ou não, pelos primeiros. A

²² Como exemplo, referiu esta situação o testemunho de uma entrevista realizada a 24 de Setembro de 2009, Castaíngo – Penedono.

²³ Entrevista, já mencionada, a um passador na Rádio de Louhossa, (s.d.), IAN/TT, PIDE/DGS, SC Processo 623 CI (2), NT 7026, pasta 1, Emigrantes portugueses em França.

passagem/viagem, segundo afirmações dos próprios emigrantes, era das fases mais complicadas de todo o processo migratório, e não o era, certamente, pelo dinheiro dispendido na mesma, mas pelos riscos que o emigrante corria e pelos obstáculos físicos e humanos que encontrava no caminho, sendo, por isso, apelidada de *Fugida* por vários informantes.

Para além de terem sido associados a indivíduos astutos, exploradores, desumanos, e impulsivos, predomina ainda na memória dos emigrantes o tratamento que muitos deles davam às mulheres que emigravam clandestinamente e que se dedicavam ao engajamento, albergue ou passagem dos clandestinos.

No primeiro caso, as mulheres emigrantes, sobretudo da primeira metade dos anos 60, tinham que fazê-lo juntamente com indivíduos do sexo masculino, sujeitando-se a péssimas condições de transporte e sem qualquer privacidade. Deste modo, os passadores, maioritariamente do sexo masculino, ficaram, no imaginário da comunidade rural, relacionados com histórias de abusos cometidos com as mulheres emigrantes, que alguns informantes puderam confirmar, sem, no entanto, desenvolver muito deste ponto. Jogando num terreno favorável, construído num sistema de valores conservadores em relação à condição da mulher, segundo o qual ela devia dedicar-se exclusivamente ao governo doméstico,²⁴ as elites rurais usavam este aspecto para atribuir aos passadores, e mesmo engajadores, mais uma característica negativa, logo mais um argumento para justificar as maleficências da emigração.

No caso das mulheres que também se dedicavam às actividades dentro das redes a construção da sua imagem, para além de ser olhada como pouco normal, não era mais favorecida. A imagem de fragilidade e submissão atribuída à mulher não coincidia com as qualidades que se afiguravam necessárias para uma actividade considerada perigosa e desonesta. Uma angariadora confessou que ela própria servia como um bom despiste para proteger o irmão e os engajadores com quem trabalhava, já que, à partida, as autoridades não desconfiariam que a presença de uma mulher numa viatura significasse automaticamente uma situação de emigração clandestina. Não foi possível encontrar nenhum documento escrito que nos permitisse perceber directamente como as autoridades encaravam o facto de as mulheres participarem nas redes, apesar de alguns processos judiciais analisados fazerem referência a algumas que eram procuradas, nem

²⁴ Sobre as mulheres no Salazarismo ver Cova (1997).

que tipo de tratamento teria uma mulher auxiliar de emigração clandestina que fosse detida, contudo veja-se o que um antigo emigrante refere acerca deste assunto:

«*Havia outra que era a Maria do Sono. Uma mulher passadeira! [...] Ela governava a vida dela com aqueles chulos todos por ali a fora. Era uma mulher destemida.*»

(Entrevista realizada a 4 de Abril de 2008, A-do-Bispo - Penedono)

O informante considera esta passadora como alguém destemido, não só porque se arrisca numa actividade perigosa e ilegal mas, principalmente, porque na imagem por ele transportada ela se encontra rodeada de homens. Esta não foi uma situação considerada normal durante o Estado Novo, em que a mulher ficava remetida ao círculo doméstico e apenas convivía formalmente com os homens da aldeia, não sendo comum encontrar uma mulher a partilhar espaços tradicionalmente masculinos. As actividades das redes eram encaradas como espaços sociais naturalmente masculinos. Deste modo, quando se refere aos engajadores ou passadores com quem a passadora colaborava, o informante identifica-os como *chulos*, palavra que relacionamos com prostituição, uma actividade profissionalizante tradicionalmente vista como feminina, e onde as mulheres se misturam necessariamente com homens em actividades executadas à margem do que é socialmente aceite e longe dos bons costumes.

Finalmente, pode considerar-se que o *Curriculum Criminal* terá tido também alguma influência na edificação da imagética dos elementos das redes. Os registos criminais dos indivíduos condenados como engajadores e passadores, que acompanhavam os respectivos processos judiciais, eram extensos, uma vez que, aqueles que se dedicavam ao engajamento de forma mais activa raramente conseguiam um cadastro criminal limpo. Contudo, os crimes pelos quais eram julgados não se ficavam só por assuntos relacionados com a emigração clandestina; normalmente os engajadores e passadores tinham registos criminais que assinalavam a violação de outras regras. Surgem nestes registos criminais crimes de furto, estupro, desobediência à autoridade, matança clandestina de suínos, ofensas corporais, etc. A ilegalidade e o despeito pela lei pareciam acompanhar frequentemente estes sujeitos, fazendo com que alguns destes indivíduos continuem a ser considerados pouco honestos, na perspectiva de antigos emigrantes ou de conterrâneos seus.

Não se pretende com isto dizer que os engajadores e passadores fossem necessariamente criminosos (se considerarmos que o auxílio à emigração clandestina não era crime), mas, em alguns casos, estas coincidências não abonam a seu favor.

**Construções positivas: *Se não fossem os passadores como íamos sair daqui?
Íamo-nos comer uns aos outros porque não havia nada!***

Não obstante o regime ter conseguido transmitir uma ideia negativa das redes de emigração clandestina, e alguns emigrantes que, apesar de as terem utilizado como meio para alcançar França, partilhem a mesma imagem outros há que construíram uma representação contrária à já enunciada. Na amostra de testemunhos recolhidos conseguem-se identificar dois tipos de estereótipos atribuídos aos engajadores e passadores pelos antigos emigrantes clandestinos.

Num primeiro grupo estão aqueles que reconhecem na actividade dos passadores uma vida cheia de obstáculos, riscos e sacrifícios que só podiam ser enfrentados por pessoas aventureiras, fortes e destemidas. A actividade de engajamento, transporte e passagem exigia dos seus executores certas capacidades físicas e psicológicas de que nem todos os indivíduos dispunham, como desenvoltura, perspicácia, coragem e inteligência. São estas características que os emigrantes reconhecem nos passadores e que lhes granjeia alguma admiração, às vezes tão excessiva que induz em erro:

«Os passadores tinham de ser fortes! Porque a malta também era muita. Haviam passadores que chegaram a passar 300 pessoas! E juntos! Lá por esses carreiros da Espanha a fora, lá nos altos Pirinéus, naquelas serras, naqueles carreiros...»
(Entrevista realizada a 26 de Março de 2008, Castaíngo - Penedono)

Era frequente, nos julgamentos por delitos relacionados com emigração clandestina, as testemunhas de defesa argumentarem a inocência do réu em matérias de aliciamento ou auxílio à emigração alegando falta de capacidades psicológicas do arguido para a execução de tais acções. É de inferir dessa posição a consciência que havia de que estas capacidades eram reconhecidas oficialmente, uma vez que para um crime desta natureza seria necessária uma certa esperteza e audácia para desafiar a lei e as autoridades. Em 1964, a primeira testemunha de defesa de um réu, acusado de aliciamento/engajamento²⁵, reclama a sua inocência pelo facto do mesmo não ter *«expediente nem inteligência para esses actos»*. A terceira testemunha afirma conhecer o réu desde criança, e como tal, garante que este não seria capaz de se dedicar ao engajamento *«não só porque ele próprio nunca saíra da sua região mas também porque se trata de uma pessoa acanhada, sem expediente, nem quaisquer qualidades que o levassem a tais actos.»*

²⁵ Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Mêda, maço 24, procº5, nº12/64, Processo Correccional de 1964, condenação por aliciamento/engajamento.

Com efeito, foram os próprios transportadores entrevistados que mais enalteceram as capacidades dos seus colegas, contando as histórias mais arrojadas, especialmente aquelas que incluem um confronto com as autoridades:

«Havia homens muito arrojados! Começaram a evoluir porque não tinham medo. Quando vínhamos de França para cá, os taxistas não podiam trazer ninguém. As carrinhas particulares podiam trazer, não sabiam se eram táxi ou não, mas logo que vissem a cor verde e preto! [...] Depois, havia um polícia espanhol – devia querer gorjeta – quando era às quatro da manhã andava sempre por ali a meter-se connosco. [Um transportador] mandou-lhe dois bofetões, aterrou com ele ao chão! Uns fugiram, a ele botaram-lhe a mão e levaram-no preso. Mas ele era de tal maneira que eu acho que quando cheguei a Portugal ele também já cá estava! A partir daí nunca mais ninguém lá apareceu. Era preciso serem tipos sem medo!»

(Entrevista realizada a 9 de Abril de 2008, Guilherme - Trancoso)

A repressão a estes indivíduos seria também dificultada pela habilidade e pela rede de conhecimentos que estes detinham, e muitos daqueles que aguardavam julgamento em liberdade sabiam como ludibriar as autoridades, e, não raramente, nem chegavam sequer a comparecer em tribunal²⁶. Por todas as dificuldades que ultrapassaram, e por serem as principais vítimas da repressão à emigração clandestina, podem ser quase elevados à categoria de *heróis*.

Apesar dos emigrantes clandestinos, durante as entrevistas, não terem demonstrado que compreendam claramente a diferença entre um grande passador e um angariador que efectuava o seu serviço na aldeia (o facto do regime nomear constantemente e sem distinção os passadores também ter tido influência), os elementos das redes sabem fazer essa distinção, e se os passadores são descritos como valentes, os angariadores são reconhecidamente descritos como os elementos que se encontram na base da rede e que menos poderiam lucrar com a situação.

Num segundo grupo, encontram-se os emigrantes que elevam ainda mais o estatuto dos engajadores e passadores. Reconhecem-nos como os principais responsáveis pela emigração dos anos 60, pois grande parte deles só conseguiu sair pela via clandestina, nomeadamente com o auxílio de agentes ilícitos, e consequentemente atribuem-lhes o papel de *salvadores* de um Portugal em crise, que só recuperou graças às remessas enviadas de França. Esta ideia está presente na memória, não só das pessoas que se

²⁶ Em 1970, uma Relação dos engajadores, referenciados pela 4ª Repartição do Comando Geral da GNR, enviada ao Ministério do Interior, refere a situação de alguns engajadores à espera de julgamento como «muito hábil e sagaz e ilude a [vigilância]», Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, JE65, Cx.389, 1971, Emigração clandestina.

dedicaram ao engajamento e transporte de clandestinos, como também dos próprios emigrantes. As descrições não variam muito neste sentido, reconhecendo, os emigrantes, que os passadores foram os responsáveis directos pela sua melhoria de vida, já que a emigração por vias legais era obstaculizada:

«Foi graças a eles [passadores] que eu hoje tenho alguma coisa, e como eu, milhares deles. Porque, se não houvesse alguém a pensar fazer o que fez, nós nunca mais saíamos da “cepa torta” cá no país.»

(Entrevista realizada a 25 de Março de 2008, Antas - Penedono)

Os defensores da posição dos passadores admitem a ilegalidade da sua actividade, e reconhecem-na como um qualquer tipo de *tráfico* punido por lei, e apesar de reconhecerem que ao emigrarem enfrentaram algumas dificuldades correndo o risco de poder ser vítimas da violência dos passadores, estes emigrantes parecem sentir-se gratos com a existência das redes de emigração clandestina, que lhe proporcionaram uma abertura para melhorar as condições de vida.

Daqui se deduz que, apesar de considerarem o engajamento e transporte de clandestinos como sendo uma actividade ilícita, feita à margem dos valores e decretos promulgados pelo Estado, esta não era perspectivada como uma actividade incorrecta, uma vez que contribuía para o bem geral da sociedade, já que, emigrar se tornava a única possibilidade de ascender socialmente. Este aspecto ajuda a explicar o forte apoio social que as redes granjearam em meio rural, sendo que, partindo do pressuposto que as pessoas estavam a abrigar ou auxiliar uma actividade reprimida pelo Estado mas aceite pela maior parte dos indivíduos da sua comunidade – as camadas sociais mais pobres e interessadas em emigrar –, agiam de acordo com a sua consciência social:

«[...] tinham o nome de passadores mas aquilo é que eram homens valentes! Tiraram Portugal da miséria! Estes é que foram os homens de Portugal! Portanto, todos os passadores arranjaram as suas coroas, mas claro, um passador não é nenhum herege!»

(Entrevista realizada a 9 de Abril de 2008, Guilherme - Trancoso)

A expressão usada por este transportador revela o grau de integração social que se pretendia para estes indivíduos que, aparentemente, eram e continuam a ser – atente-se na forma verbal do presente “é” – marginalizados, por terem exercido uma actividade criminosa perante o regime.

Os obstáculos à investigação referidos no início deste artigo, no que diz respeito a encontrar passadores ou transportadores disponíveis para partilhar a sua experiência ficam bem ilustrados pelo extracto desta entrevista que revela um pouco os receios dos

antigos auxiliares de emigração clandestina, os quais preferem afastar-se do passado, embora se regozijem de ter trabalhado muito e com isso conseguido uma vida desafogada.²⁷ Actualmente, embora continuem a recordar esse passado através de encontros com antigos transportadores,²⁸ a designação que utilizam para se auto-denominarem é “*Corredores*”:

«*Consideramo-nos os corredores de viagem. Nem éramos taxistas, nem candongueiros, éramos os “Corredores”. Nós temos o nome “Os Corredores”.*»

(Entrevista realizada a 10 de Junho de 2008, Mêda)

Os taxistas trabalhavam legalmente, com uma licença devida para transporte de pessoas e cobravam normalmente pelo seu serviço. Os candongueiros cobravam também pelo seu serviço mas dedicavam-se a um negócio ilegal. Assim, estes transportadores/passadores são uma junção destes dois tipos, sem no entanto nenhum deles completar bem o conceito que pretendem transmitir. Portanto, foi necessário recorrer a um novo termo, tendo sido escolhido o de «*Corredor*». Esta expressão remete para corrida e velocidade, descrevendo bem as inúmeras viagens que se fizeram para França, atravessando sempre o território espanhol, muitas vezes tendo sido perseguidos pelas autoridades dos três países.

Conclusão

As imagens impostas pelo regime autoritário em relação aos intervenientes na emigração clandestina nem sempre lograram os seus objectivos. Embora, parte dos emigrantes que recorreu ao serviço das redes mantenha uma visão negativa dos auxiliares de emigração, descrevendo-os como sujeito exploradores e sem escrúpulos, sobretudo quando se tratam de indivíduos que viveram experiências migratórias mais dolorosas, outra parte retém na memória os actos quase heróicos dos engajadores e passadores e a capacidade que tinham para enfrentar qualquer tipo de situação. Impõe-se concluir que existe uma construção dicotómica das representações sociais dos elementos que fizeram parte de organizações de emigração clandestina. Por um lado criou-se uma imagem fortemente negativa, e por outro, um discurso que revela uma

²⁷ Nas *démarches* para realização de entrevistas a antigos elementos das redes de emigração clandestina, os informantes referiram ou mostraram os bens que tinham conseguido adquirir com o esforço do engajamento e/ou transporte de emigrantes clandestinos. Os emigrantes demonstram-se satisfeitos ou realizados com a aplicação do dinheiro da emigração na compra de terreno ou casa na aldeia.

²⁸ Um dos entrevistados referiu a realização de um encontro anual de antigos transportadores de emigrantes na cidade da Guarda. O primeiro encontro ter-se-á realizado em Maio de 2008.

visão positiva e que demonstra simpatia e/ou admiração pelos feitos dos engajadores e passadores.

Contudo, apesar de se encontrar uma certa repulsa sentida por alguns emigrantes, que também saíram do país com o apoio de engajadores e passadores, os mesmos nunca repudiam a actividade ilegal de engajamento e passagem por si mesma, mas apenas os seus actores. Caso o fizessem estariam a apontar a sua opção de emigração como algo incorrecto, e isto não acontece, o que demonstra que aqueles emigrantes que hoje têm uma visão negativa dos seus passadores acreditam terem existido outros, pelo menos, mais honestos. Portanto, esta visão dicotómica não deve ser assim tão simplificada, deve ser entendida com base na experiência de cada indivíduo e de um contexto repressivo nos anos 60 e 70, e sempre tendo em conta que para a grande maioria dos indivíduos oriundos do meio aqui analisado, a emigração clandestina era vista como a única forma de atingirem os seus objectivos de vida.

Tendo em conta que as opiniões retiradas das entrevistas foram recolhidas em tempo muito posterior ao do acontecimento, – cerca de 40 anos – deve ter-se em atenção que cada uma tem subjacente uma conjugação dos acontecimentos do passado – anos 60/70 – e do presente – 2008/2009 –, e de toda uma evolução que houve neste intervalo de tempo. Assim, a memória destas pessoas é o que pensam *Hoje do Passado*, e portanto carregam toda a experiência migratória, desde a saída de Portugal até à sua reentrada, se for o caso, passando pela vivência migratória em França com sucesso ou fracasso.

Perante todos estes factores, e apesar de expressarem uma opinião que evoca os aspectos positivos ou negativos dos engajadores, os silêncios de dúvidas e uma certa insegurança nos depoimentos dos emigrantes, permanece:

« [...] *alguns [passadores] seriam sérios, e outros... Porque a gente ouvia queixar as pessoas. Se não fossem eles a passar as pessoas, se calhar, também não ia tanta gente como foi.*»

(Entrevista realizada a 19 de Março de 2008, Castaíngo - Penedono)

Os indivíduos que engajaram e passaram/transportaram clandestinos, também reconhecem que nem todos eram honestos ou correctos, mas têm mais facilidade em elogiar os feitos dos seus colegas, e menos dúvidas em relação à opinião que têm da actividade que eles próprios exerceram. Alguns depoimentos revelam ainda a boa relação que, transportadores e passadores mantiveram, e que continuam a manter, com os emigrantes que auxiliaram.

Fontes:

IAN/TT:

Arquivo da PIDE/DGS:

- SC Processo 623 CI (2), NT 7026, pasta 1, Emigrantes portugueses em França.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro:

- JE65, Cx.255, 1963, Emigração clandestina.
- JE65, Cx.273, 1964, Emigração clandestina.
- JE65, Cx.282, 1965, Emigração clandestina.
- JE65, Cx.389, 1971, Emigração clandestina.

Arquivo Oliveira Salazar:

AOS/CO/PC – 77, pasta 88A: Informações da PIDE sobre repressão à emigração clandestina para França e outros países, 1962.

Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Mêda:

- Maço 24, procº5, nº12/64, Processo Correccional de 1964, condenação por aliciamento/engajamento.

Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de São João da Pesqueira:

- Maço 31, procº361, nº9/69, Processo Correccional de 1969, condenação por emigração clandestina.

Fontes Orais:

- Angariadora e emigrante clandestina em 1968. Realizada a 15 de Março de 2008, em Castaíngo (Penedono).
- Emigrante clandestina em 1969. Realizada a 17 de Março de 2008, em Castaíngo (Penedono).
- Emigrante clandestina em 1969. Realizada a 19 de Março de 2008, em Castaíngo (Penedono).
- Emigrante clandestino em 1964. Realizada a 20 de Março de 2008, em Castaíngo (Penedono).
- Emigrante clandestino em 1963. Realizada a 25 de Março de 2008, em Antas (Penedono).
- Emigrante clandestino em 1964. Realizada a 26 de Março de 2008, em Castaíngo (Penedono).
- Emigrante clandestino em 1966. Realizada a 4 de Abril de 2008, em A-do-Bispo (Penedono).
- Transportador. Realizada a 9 de Abril de 2008, em Guilherme (Trancoso).
- Emigrante clandestino em 1963. Realizada a 11 de Abril de 2008, em Antas (Penedono).
- Transportador/passador. Realizada a 10 de Junho de 2008, em Mêda.

- Emigrante clandestino em 1964 e 1970. Realizada a 24 de Setembro de 2009, em Castaíço (Penedono).

Bibliografia

- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001), *Agriculturas e Territórios*, Oeiras: Celta Editora.
- BARRETO, António (2005), «Mudança Social em Portugal: 1960-2000», In PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Dom Quixote, pp.137-162.
- CABANAS, António (2006), *Carregos – Contrabando na Raia Central*, Barcarena: Artemágica.
- CONNERTON, Paul (1999 [1993]), *Como as sociedades recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- COVA, Anne; PINTO, António Costa (1997), «O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa», *Penélope*, nº17, pp.71-94.
- FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (coord.) (2009), *Contrabando na fronteira luso-espanhola – práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- GARCÍA, Eusebio Medina (2003), *Contrabando en la raya de Portugal*, Diputación Provincial de Cáceres, Institución Cultural “El Brocense”.
- GODINHO, Paula (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*, Oeiras: Celta Editora.
- GODINHO, Paula (1995), «O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana», *A trabe de Ouro – Publicación Galega de Pensamento Critico*, Santiago de Compostela, Fundación Sotelo Blanco, tomo II, ano VI, pp.209-222.
- GUICHARD, François; HILLY, Marie-Antoinette (1996), «Négociation et Transgression à la frontière luso-espagnole», *Lusotopie*, nº3, pp.41-55.
- LEEDS, Elizabeth (1983), «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», *Análise Social*, Vol.XIX (77-78-79), nº 3º, 4º, 5º, pp.1045-1081.
- PEREIRA, Victor (2008), «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)», *Ler História*, nº56, pp.45-69.
- PEREIRA, Victor (2007), *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*, Tese de Doutoramento, Institut d'Études Politiques de Paris.
- RIBEIRO, F. G. Cassola (1986), *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial, contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/ Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas.
- SILVA, Marta Nunes (2008), *Redes de emigração económica clandestina com destino a França (Penedono, 1960-1974)*, Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.